

Alternativas na Formação do Educador: o curso de Pedagogia da FACED-UFC

Antônio Carlos de Almeida Machado

Introdução – O reencontro na FACED

Inicialmente, agradeço à Direção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) o convite para vir falar nesta sétima sessão do Seminário da História Viva da Faculdade de Educação (FACED). Na verdade, desde o ano passado, a Professora Maria Estrela Araújo Fernandes, Vice Diretora, vem insistindo na minha vinda a esta casa. Volto à Faculdade com este objetivo, mas sempre ia retardando, mesmo porque precisava usufruir o mais possível a minha condição de aposentado.

Desejo agradecer a todos os que estão aqui- funcionários, alunos, professores, colegas e amigos de outras instituições- mas, de modo particular, aos meus colegas da primeira geração, entre os quais o Professor Moacir Aguiar, que ontem me telefonou interessado em saber o que eu iria falar aqui, inclusive na expectativa de também poder dar o seu depoimento ou confirmar ou reforçar aquilo que porventura eu poderia dizer.

Agradeço, também, à Professora Ivone Sá as palavras que me dirigiu. É uma colega que, todos aqui presentes conhecem, em uma

convivência de muitos anos. Proferiu palavras que, certamente, ultrapassaram minha estatura física e, possivelmente, profissional. Fico lisonjeado e agradeço as suas palavras de carinho e de reconhecimento pelo trabalho que aqui realizei. Agradeço também a bela e distinta apresentação do coral da Faculdade. A Professora Maria Izáira Silvino Moraes sempre retira das coisas mais simples canções muito belas. E este coral tem sido, certamente, a marca registrada dos últimos anos na FACED. Em todas as ocasiões que tenho vindo aqui, sinto grande prazer de ouvir o coral, sempre com novas interpretações ou interpretações que estão se tornando quase clássicas. É claro que não vou nomear aqui todas as pessoas desta comunidade acadêmica. Citei o Professor Moacir Aguiar, representante da primeira geração de docentes, e agradei também a presença do meu amigo o Professor René Barreira (Diretor do Centro Humanidades), que sempre está presente nos momentos em que eu sou homenageado ou dirijo a palavra aos meus colegas.

1 O Tema em Questão...

O tema "Alternativas na Formação do Educador: O caso da FACED" é, a rigor, uma síntese de três dissertações que foram apresentadas no Curso de Mestrado desta Faculdade acerca do Curso de Pedagogia. Na primeira e na terceira partes, analiso o Curso de Pedagogia, minhas convicções sobre o referido curso, afinal o que aprendi como Professor do Curso de Pedagogia, Diretor desta Faculdade, Chefe do Departamento e Coordenador de Curso. Não sei se aquilo que vou expor coincide com o que os professores, alunos e funcionários pensam do referido Curso. Talvez eu não seja nem suficientemente claro ou convincente no que vou dizer; entretanto atendi, emocionado, ao convite desta Faculdade para participar do Projeto História Viva da FACED em sua sétima sessão, na qualidade de expositor.

A emoção se prende ao fato de se estar comemorando, neste ano de 1993, o trigésimo aniversário de implantação do Curso de Pedagogia. Este período coincide com os trinta anos de vínculo que mantenho com esta instituição, na qual ingressei formalmente em fevereiro de 1965, após ter concluído o Curso de Mestrado em Educação na Universidade de Wisconsin – Milwaukee (USA). Posso dizer, entretanto, que meu compromisso com o Curso de Pedagogia tem origem em 1963, primeiro ano de funcionamento do referido curso. Em setembro daquele ano, por indicação do Professor Valnir Chagas, na época docente da UFC, membro do Conselho Federal de Educação (CFE), posteriormente, professor da Universidade de Brasília (UNB), iniciei meus estudos de Mestrado em Educação, no Programa do Governo Federal para formação de professores em nível de pós-graduação para o recém-instalado Curso de Pedagogia da UFC.

Quanto ao tema: "Alternativas na Formação do Educador – o Curso de Pedagogia da FAGED-UFC", eu mesmo o sugeri à coordenadora do projeto História Viva, Professora Maria Estrela Araújo Fernandes. Pareceu-me que este seria o momento excepcionalmente oportuno para se fazer uma reflexão sobre a trajetória do curso de Pedagogia desta Faculdade, que ao longo de 30 anos formou centenas de educadores profissionais. Com certeza, a maioria desses educadores contribuiu ou continua contribuindo, com seu esforço e trabalho, na configuração do projeto educativo do Estado do Ceará, seja nas salas de aula, nos movimentos docentes ou nas estruturas de planejamento, direção, controle e avaliação do sistema de ensino.

Nesta reflexão, explico um pouco o que a vivência no Curso de Pedagogia me ensinou acerca da sua natureza. Meus interlocutores preferidos são os alunos e, possivelmente, a nova geração dos professores que ingressaram na Faculdade nos últimos anos e com os quais tive pouca ou nenhuma convivência, os colegas do

passado mais distante ou mais recente que testemunharam minha capacidade de aprender no ofício de ensinar, minha disposição de assimilar o novo para resguardar o permanente e meu esforço em preservar a essência no confronto com as aparências. Com isso quero dizer que aquilo que ensinamos aos nossos alunos é fruto do que somos capazes de fazer coletivamente em cada momento histórico. Portanto, no movimento da história, é necessário olhar para o futuro, cultivar a ousadia do presente e ter consciência da memória do passado.

2 Estudos sistemáticos acerca do Curso de Pedagogia

Pelo menos três dissertações aprovadas no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação elegeram como objeto de estudo o Curso de Pedagogia. Refiro-me às pesquisas das Professoras Maria Ângela Teófilo Albuquerque, Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana e Maria Estrela Araújo Fernandes. Tive a oportunidade de integrar, como orientador, as comissões de orientação das dissertações da Professora Ângela e da Professora Estrela. Neste item, pretendo apresentar, de forma sucinta, o que as três pesquisas ensinam sobre o curso de Pedagogia, com base na oferta aos alunos das disciplinas obrigatórias e optativas.

2.1 Primeiro Período(1963-1968)- Formação do Educador Generalista “Pedagogo”

A dissertação da professora Maria Ângela Teófilo Albuquerque analisa a situação dos profissionais egressos do Curso de Pedagogia em função das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, bem como da qualidade da formação que receberam. O universo da pesquisa compreende os formados entre 1966 e 1978, tendo a maioria dos alunos pesquisados concluído o curso com pelo menos duas habilitações: a de Magistério, que era obrigatória, e outra em

Administração Escolar, Orientação Educacional ou Supervisão Escolar. Indagados sobre a importância das áreas de conhecimento estudadas durante o Curso em relação ao desempenho profissional, os concludentes indicaram a seguinte ordem. Primeiro, psicologia-orientação educacional; segundo, ensino-currículo; terceiro, administração-planejamento; quarto, fundamentos da educação; e quinto, quantificação da educação. Gostariam que o Curso fosse mais adequado à realidade local, com disciplinas práticas e estágios proveitosos. Relações Humanas e Dinâmica de Grupo são propostas como disciplinas que deveriam integrar o currículo.

2.2 Segundo Período (1969-1980) – Formação do Especialista em Educação

A professora Cleide Viana, graduada nas áreas de Ensino com habilitação em Orientação Educacional por esta Faculdade, em sua dissertação de mestrado, intitulada "Orientação Educacional: Críticas e Perspectivas", estuda a formação e a prática do Orientador Educacional e questiona a validade de se formar o orientador especialista. A pesquisa foi realizada em 1984, tendo como amostra orientadoras educacionais em exercício na rede pública de ensino, que haviam sido graduadas pela UFC entre 1975 e 1981. Além do questionário aplicado às orientadoras, a pesquisadora examinou o programa das disciplinas específicas da habilitação em Orientação Educacional e entrevistou os professores dessas disciplinas. Segundo a autora, o estudo discute a adequação entre a formação dada no Curso de Pedagogia e a prática profissional dos orientadores educacionais egressos do referido Curso. Conclui a autora que predomina na formação desses profissionais uma linha tradicional liberal. Tal tendência, segundo a autora, procura ajustar o educando ao meio, sem levá-lo a refletir e avaliar criticamente a realidade.

2.3 Terceiro Período (1980...) – Formação do Educador Generalista Crítico

A dissertação da Professora Maria Estrela Araújo Fernandes caracteriza o desenvolvimento histórico do Curso de Pedagogia da UFC em três períodos. Tem como base o estudo minucioso de fontes documentais e relatórios, depoimentos de vários professores e alunos do curso, além de uma vasta bibliografia. O primeiro período, de 1963 a 1968, caracteriza-se pela formação do educador generalista. Segundo a autora, a formação do educador generalista “pedagogo” adota o modelo das faculdades de Filosofia Ciências e Letras. Seu perfil profissional caracteriza-se por uma cultura geral na área de educação, com predominância na formação psicológica de linha cognitivista ou behaviorista. O Curso, em si, não proporcionava uma visão crítica da sociedade nem da educação, pois as leituras prescritas se fundavam no idealismo ou no positivismo. Esse período tem início com a Reforma Universitária regulada pela lei 5.540/68, votada pelo Congresso Nacional, já, submetido à tutela do regime militar iniciado com o golpe de 1964.. A autora acentua que, se alguns alunos tinham uma visão crítica, esta era decorrente, sobretudo, do movimento estudantil e da participação em movimentos de cultura popular.

O segundo período (1969 a 1980) é o da formação do especialista em Educação. A autora demonstra que esse período tem início com a Reforma Universitária regulada pela lei 5.540/68. O caráter tecnicista da Universidade que o regime militar implanta no País tem por fundamentos os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Em consequência, o Parecer do Conselho Federal de Educação –CFE que estabelece o novo currículo do curso de Pedagogia obedece à lógica da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, na medida em que cria as habilitações de Magistério. Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar. São funções privativas dos “especialistas” em

Educação. Treiná-los mediante currículos correspondentes a estas habilitações, com ênfase no exercício de tarefas específicas, esvazia a formação do Pedagogo do seu conteúdo fundamental. A autora conclui que os especialistas formados pela Faculdade de Educação da UFC, nesse período, eram, sem dúvida, ingênuos em relação ao papel político da educação.

O terceiro período começa em 1980 e caracteriza-se pela formação do educador generalista-crítico. Tem início nos primeiros anos da década de 1980 e coincide com o esforço de reflexão crítica e elaboração teórica que se fazia nacionalmente sobre a formação do educador. A crítica incide sobre a formação do especialista como vimos no item anterior. A elaboração teórica deveria partir do entendimento da educação como prática social, historicamente determinada, cuja natureza política e teleológica deveria ser posta a serviço da transformação das relações de produção. Estas ideias eram veiculadas e debatidas nas conferências brasileiras de Educação, nos encontros e seminários regionais e nacionais que tratavam da formação de recursos humanos para Educação, nas associações de educadores e nos movimentos estudantis e, em grande parte, da produção acadêmica e publicações nas áreas de Educação dessa época.

Simultaneamente, ocorriam grandes mobilizações de docentes de todos os níveis, que lutavam pela melhoria das condições de trabalho e aumento salarial, pela eleição direta para a escolha dos dirigentes de escolas e universidades, pelo fortalecimento dos colegiados acadêmicos, a descentralização e democratização do poder nas instituições de ensino superior. Estavam sendo criadas, portanto, condições objetivas para que os cursos de Pedagogia promovessem as reformas institucionais, curriculares e metodológicas capazes de propiciar a formação do novo educador, dotado de sólida formação teórico-prática, comprometido com a educação pública de boa qualidade, posta a serviço dos interesses da maioria da popula-

ção, apto a exercer diferentes funções no sistema educacional, sem os limites e privilégios corporativistas instaurados pela divisão social do trabalho, por via das habilitações.

O curso de Pedagogia da UFC trabalhou sistematicamente nesta direção, desde o início da década, participando ativamente dos debates nacionais e exercendo visível liderança, nas discussões regionais. Internamente, o seminário Educação em Debate realizado em março de 1981 marca, possivelmente, o início do longo processo de análise e reflexão sobre o curso de Pedagogia, processo esse que, a partir de 1984, assumiu características e posições cada vez mais nítidas e precisas sobre a reformulação do currículo, seus pressupostos e diretrizes. O seminário, realizado na Casa José de Alencar, em setembro de 1985, consolidou essas diretrizes e desencadeou, no âmbito da Coordenação do Curso, o trabalho de elaboração de uma proposta curricular, que servirá de base para as discussões que se estenderam por todo o ano de 1986 nas diferentes instâncias de deliberação coletiva da FACED, e culminou com a aprovação do novo currículo pelo Conselho Departamental, no fim do ano. Aprovado em 1977 pelo Conselho Universitário, o novo currículo entrou em vigor em agosto de 1978.

Ao apresentar a sua Dissertação de Mestrado em 1990, a Professora Maria Estrela Araújo Fernandes escreve, a título de conclusão: O novo currículo, considerado teoricamente como uma proposta avançada, tem encontrado inúmeros obstáculos práticos provocados pela resistência de alguns professores ou pela falta de preparação teórica de outros, assim como pelo pouco envolvimento e exigências dos alunos em relação à qualidade do ensino. A formação do educador generalista considerado crítico é, portanto uma busca iniciada nesta década, mas ainda não atingida na sua prática. O que predomina é a formação de um intelectual despreparado, com poucas possibilidades de vir a ser comprometido com os interesses da classe trabalhadora, embora seja sensibilizado para isso.

Após a síntese que as três dissertações de mestrado me permitiram elaborar sobre o Curso de Pedagogia da UFC, duas tentam demonstrar a natureza conservadora dos estudos curriculares ministrados aos alunos com base numa leitura ingênua da sociedade e da educação. Nesse sentido, faço algumas considerações, a fim de ampliar a discussão e contribuir para torná-la mais consistente. Tomarei como pontos de referência os três momentos assinalados pela Professora Estrela, por conta da abrangência histórica que os reveste.

3 O Curso de Pedagogia da FACED-UFC – reflexões sobre a dinâmica da trajetória curricular

Primeiro, o Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: tentativa de elaboração de uma teoria da educação brasileira. Segundo, o Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA)¹: Resistência do humanismo moderno, às pressões da tecnoburocracia estatal. Terceiro, o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação a partir de 1981: a unidade fragmentada. Estes temas, portanto, serão desenvolvidos a seguir. Tenho algumas estatísticas, porque, ao elaborar a segunda parte, pesquisei o histórico escolar de alunos que concluíram o curso em 1966. Em seguida, alunos de duas turmas da década de 1970: um terminou o curso em 1973 e o outro em 1977, e finalmente, dois alunos da década de 1980 e 1990: um aluno que iniciou o curso iniciou em 1980 e tendo concluído em 1983 e outro que fez o curso a partir de 1990. A primeira turma, por sinal, do novo currículo e que terminou agora em agosto deste ano. Seleccionei, então, esses currículos e tentei comparar o que os alunos tinham realmente estudado em função do currículo ser bastante amplo em termos de disciplinas, mas limitado na oferta em razão da carência de docentes. Em consequência, os alunos,

¹ O Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) era constituído pela Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Contabilidade e Faculdade de Educação.

geralmente terminam por cursar as mesmas disciplinas. Com base nestes currículos, tem-se uma ideia mais clara daquilo que realmente se ensinou, pelo menos em termos de grandes linhas na Faculdade de Educação. Fiz uma divisão dessas disciplinas, agrupando-as nas áreas de Biopsicologia, Estudos Histórico-Filosóficos da Educação, Estudos Sócio-culturais da Educação, Estudos Técnico-Profissionais e Estatística Educacional. Às vezes algumas outras disciplinas, tais como o Francês e o Inglês, são ofertadas; mas é em torno dessas grandes áreas que consegui organizar esses históricos escolares.

É necessário distinguir duas fases na formação do pedagogo segundo o modelo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A primeira tem início com a criação do Curso de Pedagogia na década de 1940 e se prolonga até 1962. Nesta fase, cerca de 47% (quarenta e sete por cento) da formação do pedagogo consistia de estudos histórico-filosóficos e socioculturais da Educação. A área biopsicológica ocupava 23% (vinte e três por cento), das disciplinas técnico-profissionais 12%. Cerca de 18% (dezoito por cento) eram disciplinas optativas. Este foi o currículo do Curso de Pedagogia que eu mesmo fiz, na antiga Faculdade Católica de Filosofia, dirigida pelos Irmãos Maristas, na qual me formei em Pedagogia.

Tanto a educação quanto o educando eram tratados numa perspectiva universal, abstrata, erradicada do seu meio socioeconômico, político e cultural. A rigor, pouco se falava ou discutia sobre a educação brasileira e menos ainda sobre a criança que frequenta as nossas escolas. Ficávamos atentos, entretanto, às exposições dos professores sobre a Maiêutica Socrática, os Diálogos de Platão e a Lógica Aristotélica. A Suma Teológica (Santo Tomás) era a própria verdade e a Psicologia das Faculdades Mentais representava avanços sobre a Psicologia como estudo da alma. O Behaviorismo era atacado duramente por seu caráter materialista. Pouco se lia, mas anotava-se bastante o que os professores expunham. A História

da Educação Brasileira não ia além do período caracterizado pelo trabalho pedagógico de evangelização e educação dos padres Jesuítas. Mesmo assim, em 1962, os alunos fizeram greve por cerca de dois meses em razão da mensalidade, que era inexpressiva, comparando-se com os valores cobrados pela indústria do ensino de nossos dias.

A segunda fase teve início em 1963 com a aprovação, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), do novo currículo do Curso de Pedagogia. Esta representa um avanço considerável em relação ao currículo anterior, mormente pela criação das disciplinas optativas e pela inclusão de várias matérias que tratam especificamente da Educação brasileira. Isto não é gratuito, porquanto, o início de 1960 foi marcado por um movimento nacionalista comovente e mobilizador, cujo objetivo principal era a defesa da economia e da cultura nacional contra o avanço do capitalismo multinacional da década de 1950, inclusive em seus aspectos culturais.

Os movimentos populares, sindicais e estudantis se identificavam com a luta pelas reformas de base, entre as quais a reforma agrária, a reforma trabalhista, a reforma educacional e a reforma universitária. A crítica ao ensino superior se manifestava de várias formas, inclusive com encenações montadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que percorriam o País criticando os conteúdos de ensino defasados, a metodologia expositiva, os livros didáticos desatualizados, as bibliotecas empobrecidas e as relações de poder configuradas pelo domínio da cátedra, e pela inexpressível representação estudantil nos órgãos de deliberação coletiva. Portanto, as pressões dos movimentos populares e, em particular, do movimento estudantil e docente haveriam de produzir alterações na própria concepção de universidade, na sua estrutura interna, nas suas relações com a comunidade e nos seus currículos. O exemplo mais expressivo e de maior visibilidade foi a criação da Universidade de Brasília.

Portanto, o Curso de Pedagogia da UFC, que começou a funcionar em 1963, foi implantado em um momento rico da história contemporânea do Brasil em termos de ideias, propostas e lutas por mudanças. Nesse sentido, o exame do histórico escolar da primeira turma de alunos que concluiu o curso em 1966 revela a existência de várias disciplinas que tratam, especificamente, da Sociedade e da Educação brasileira, tais como: Introdução à Educação, Evolução da Educação no Brasil, Cultura Brasileira, História Social, Econômica e Política do Brasil, Organização Social; Teoria e Prática da Escola de Primeiro Grau; Teoria e Prática da Escola Média e Currículos e Programas. A Prática de Ensino que, a partir de então, passa a ser realizada nas escolas e na comunidade, era igualmente nova na estrutura curricular. Portanto, um terço da formação do pedagogo neste período, é constituído por disciplinas que lidam especificamente com a Educação, a Cultura e a Sociedade brasileira. Autores nacionais eram bastantes lidos como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Darcy Ribeiro, bem como sociólogos e economistas ligados ao Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL); Estudiosos da Teoria da Dependência e mentores do nacionalismo desenvolvimentista ocuparam espaço significativo nas bibliotecas e estudo de professores e alunos. Não seria presunção, ou ingenuidade, pensar esta fase como tendo por característica principal a tentativa de elaboração de uma Teoria da Educação brasileira. Não foi por acaso que, no meio estudantil, surgiram as lideranças mais combativas, que se opuseram à violência da ditadura militar imposta em 1964, sacrificando-se com a prisão, o exílio e a própria vida. Lutava-se pela liberdade, democracia e Estado de Direito. Em consequência, a universidade, seus currículos, professores e alunos foram duramente atingidos pela legislação outorgada a partir de 1964, após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a deposição do vice-presidente João Goulart, considerado comunista pelos militares e partidos da oposição.

3.1 A Resistência do Humanismo Moderno às pressões da tecnoburocracia estatal

A respeito do período que começa em 1969, isto é, a formação do especialista em Educação, as três dissertações citadas neste trabalho demonstram de forma inequívoca a mentalidade tecnicista do pedagogo dos anos 1970, gerada pela universidade tecnocrática instaurada pelo Governo Militar. O currículo do curso de Pedagogia decorrente do Parecer nº 252 de 1969 do Conselho Federal de Educação, que cria as habilitações de Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e outras habilitações a critério da universidade, empobrece o estudo dos fundamentos histórico-filosóficos e socioculturais da Educação, prevalentes no currículo anterior, e concentra o ensino em disciplinas técnico-profissionalizante. A título de exemplo confrontei o histórico escolar de alunos que concluíram o curso em 1963, 1966, 1973 e 1977.

Em 1966, os fundamentos histórico-filosóficos e socioculturais da Educação representavam 48% (quarenta e oito por cento) dos créditos cursados, enquanto 24% (vinte e quatro por cento) era constituídos por disciplinas da área técnico-profissional e quantitativa. Entre 1973 e 1977, em média, a área de fundamentos cai de 44% (quarenta e quatro por cento) para 32% (trinta e dois por cento); a área técnico-profissional e quantitativa cresce para 45% (quarenta e cinco por cento) e as disciplinas optativas caem para 23% (vinte e três por cento) do total de créditos cursados. Essa mentalização massiva do tecnicismo se manifesta na prática pedagógica dos educadores; como demonstra a pesquisa da Professora Cleide Quixadá Quevedo Viana. O mais grave, entretanto, é que os alunos se queixam de que as disciplinas não são suficientemente práticas, como revela a pesquisa da professora Ângela de Sousa Teófilo Albuquerque. Pelo visto, gostariam que a área de fundamentos histórico-filosóficos e sociocul-

turais fosse suprimida em benefício de disciplinas que os tornassem mais competentes; isto é, técnicos especializados.

Pessoalmente, creio ter me identificado, nesse período, com o grupo de professores que cultivavam os pressupostos, princípios e práticas da educação humanista moderna, fundada na liberdade, na autonomia e no cultivo da razão, da inteligência e da sensibilidade, isto é, de uma escola democrática, de boa qualidade para todos, sem distinção de classe social, cor ou atributos discriminatórios outros.

Criticavam a modelagem do comportamento humano, a automatização de respostas e a servidão da mente. Combatiam e recusavam publicações do tipo Engenharia da Instrução, manuais de Instrução Programada, todas financiadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e enviadas em grande número de exemplares para as bibliotecas de Educação. Apoiavam-se em Piaget, Karl Rogers, Alexander Neill, Macarenko, John Dewey, Lauro de Oliveira Lima e, no fim da década, em Paulo Freire e nos clássicos da Educação brasileira, já citado neste trabalho. Resistiam à criação do Colégio de Aplicação, convencidos de que os estágios deveriam ser feitos nas escolas da comunidade e não se deixavam seduzir pela moda, então vigente nas universidades, que instalavam laboratórios de ensino e centros de tecnologia educacional. Finalmente, não posso esquecer o impacto que senti quando, ao reassumir a disciplina Currículos e Programas, em agosto de 1977, após três anos de ausência para cursar o Doutorado (PHD) em Educação, na Universidade de Pittsburgh (USA), constatei o desânimo dos alunos em relação às questões de caráter mais teórico e polêmico. Ao desalento deles, editam-se um evidente receio de se manifestar, defender um ponto de vista divergente do oficial tido como certo e verdadeiro.

Naquele momento, dei-me conta de como os nossos alunos haviam mudado, de como a relação docente - discentes havia esvaziado seu conteúdo questionador e polêmico mais enriquecido. Não posso afirmar, entretanto, que o tecnicismo tenha se tornado

hegemônico na Faculdade, nesse período. A discussão e aprovação da proposta de criação do curso de Mestrado em Educação em 1976, de concepção eminentemente humanista, representa o vigor que esta corrente defendia. Os efeitos do tecnicismo, entretanto, sobre os concludentes do curso de Pedagogia são evidentes. Isto ocorria, particularmente, nos que se habilitavam em Administração Escolar e Supervisão Escolar, esta última controlada por docentes que eram influenciados de forma marcante pelo Programa de Avaliação da Escola Elementar (PAVAE) e ingressado na Faculdade no início de 1970.

Em relação à reforma do currículo para formação do educador globalista crítico das décadas de 1980 e 1990, examinei o histórico escolar de duas alunas que concluíram Pedagogia neste período. O histórico escolar da aluna que iniciou o curso em 1980 e concluiu em 1983 mostra um aumento de 4% (quatro por cento) a favor dos estudos histórico-filosóficos e socioculturais e um decréscimo de 7% (sete por cento) na área técnico-profissional e quantitativa.

As disciplinas da área biopsicológica, que nos anos 1970 representavam em média 24% (vinte e quatro por cento) dos estudos realizados, também regrediram, passando para 17% (dezessete por cento) dos créditos a partir de 1980. Ressalte-se que estas alterações na composição dos estudos realizados pelos alunos não decorriam da reforma da estrutura curricular. Esta só ocorreu em 1986, sendo implantada em 1987. Foi então que, tanto do ponto de vista formal como sob o prisma operacional, o novo educador começou a ser formado.

O exame do histórico escolar de uma aluna integrante da primeira turma deste novo currículo que concluiu o Curso em junho de 1993 demonstra aumento considerável do número de disciplinas obrigatórias. Em média, os alunos concludentes de 1966 a 1986 cursavam 15 disciplinas obrigatórias correspondentes a 170 créditos. O novo currículo prescrevia apenas 46 créditos das disciplinas obrigatórias. As outras disciplinas eram optativas.

O peso relativo das áreas de estudo que compõem o histórico escolar também foi alterado substancialmente. As áreas de Biopsicologia que representavam em média 71% (setenta e um por cento) dos estudos realizados antes da reforma de 1986 foram reduzidos para 15%. Os fundamentos histórico-filosóficos e socioculturais que antes da reforma representavam, em média, 28% aumentou para 34%. A área técnico-profissional não altera muito embora decresça de 36% (trinta e seis por cento) no período anterior para 34% (trinta e quatro por cento) no período subsequente.

O que muda radicalmente nesta última área; entretanto, isto é, a técnica-profissional são as disciplinas que habilitam para o exercício das funções de Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. As disciplinas que habilitam para o exercício de magistério são ampliadas mediante estudos de aprofundamento em Educação Especial, Educação Pré-Escolar e Educação de Adultos. Finalmente, a reforma introduz uma nova área de estudos constituída pelos Projetos Especiais e Seminários. Esta área representa 14% dos créditos concluídos.

Do ponto de vista da estrutura, são essas as principais alterações ocorridas no currículo do Curso de Pedagogia desde 1987. Do ponto de vista conceitual, isto é, em relação às diretrizes, princípios e objetivos que devem nortear as escolhas dos conteúdos e a postura teórica e metodológica dos docentes, percebe-se, na nova proposta, a influência marcante da Pedagogia Histórico-Crítica, pautada por princípios que asseguram ao pedagogo:

1. Compreender a escola como instituição social encarregada da socialização do saber produzido pela humanidade e da luta da população visando universalizar uma educação de qualidade para todos;

2. Participar, efetivamente, do processo de criação de uma escola democrática, que responda aos interesses da maioria da população e que compreenda a educação brasileira, sobretudo a escola pública, como realidade concreta posta em um âmbito histórico e social específico;
3. Sólida formação teórico-metodológica que permita a leitura crítica das teorias que interpretam a realidade, no esforço de distinguir entre elas aquelas que traduzem de modo mais científico a realidade. A proposta curricular insiste, ainda, na necessidade de que seja superada a dicotomia entre teoria e prática fundada no princípio de que as mudanças só podem se efetivar mediante a prática fundada em uma teoria consistente e sólida.

Se, do ponto de vista de sua concepção, o novo currículo exprime uma visão razoavelmente unitária e orgânica da educação, cujos elementos fundamentais são o seu caráter histórico e social e a defesa da escola pública, democrática e de boa qualidade, comprometida com os interesses da maioria da população, há de se refletir sobre a forma pela qual esta proposta está sendo posta em prática.

Vimos que, esgotadas as condições que mantinham a educação tecnicista da década de 1970, na década de 1980, o curso de Pedagogia passa por um longo período de transição que se conclui com a reforma de 1986. Todo este período de transição foi marcado pelo aguçamento das contradições e conflitos que ensejaram radicalismos que interferiram, inclusive, nas próprias relações institucionais e interpessoais. Se foi um período rico de aprendizagem democrática em que as questões e impasses eram discutidas coletivamente em diversos níveis, inclusive nas assembleias de professores, alunos e funcionários, não há indicadores de que as deliberações tenham sido

suficientemente assimiladas por todos. Significa concluir que, na prática, não há indicação de que as mudanças propostas e aprovadas estejam ocorrendo exatamente como se esperava.

Daí a dificuldade de se praticar o ideário do novo currículo, unificado na concepção, mas visivelmente fragmentado na execução. A própria grade curricular, constituída por inúmeras disciplinas, deixa implícita a fragmentação do saber, apesar da tentativa que se fez de agrupá-las em blocos, cuja unidade seria mediatizada pelas disciplinas Projetos Especiais. Infelizmente isto não ocorreu. Acredito, entretanto, que esta ainda seja a estratégia para a integração dos conteúdos curriculares.

Consideração final

Finalizando esta minha apresentação-depoimento, quero sinceramente que as fases do radicalismo tenham sido superadas definitivamente nesta Faculdade. Sobretudo, espero e confio em que a nova geração de docentes que ingressaram na FACED nos últimos anos seja suficientemente lúcida e autônoma para não perder a visão de totalidade que a formação do educador requer, nem sucumbir às pressões da razão corporativista, ou da lógica fragmentada. Ainda é cedo para se avaliar com segurança a mentalidade e a prática do pedagogo dos anos 1990, formados nos moldes do novo currículo de Pedagogia. Certamente será um educador diferenciado, comprometido com a escola pública democrática, universal e de boa qualidade.

Estou consciente de que a tarefa ou o "risco" de educar se concretiza, fundamentalmente, na sala de aula, mediante a eficácia do professor, investido plenamente de suas funções de mentor principal do processo educativo. Ser diretor, supervisor, orientador ou proprietário de escolinha não deve ser o horizonte principal dos jovens que fazem opção pelo curso de Pedagogia. Penso que a condição fun-

damental para o exercício dessas funções é a liderança e a credibilidade que o professor conquista no exercício do magistério. Por isso, no exercício como Professor Chefe de departamento, Coordenador de Curso e Diretor da Faculdade de Educação e Pró-Reitor, pró-tempo, jamais perdi o contato direto com reais alunos. Era na sala de aula que me realizava como educador.

PARTE 2

Relatos de Ex-alunos e Alunos do Curso de Pedagogia UFC